

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Aos 19 (dezenove) dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h e  
2 00min, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da  
3 Bahia, sob a presidência de Dr. Rafson Saraiva Ximenes, Defensor Público Geral, e  
4 demais presentes, Dra. Firmiane Venâncio do Carmo Souza, Conselheira  
5 Subdefensora Geral, e demais presentes, Dra. Liliana Sena Cavalcante, Conselheira  
6 Corregedora-Geral, Dra. Ana Valéria Correia Brasil, Conselheira Titular, Dr. Bruno  
7 Moura Castro, Conselheiro Titular, Dr. Lucas Silva Melo, Conselheiro Titular, Dra.  
8 Manuela Santana Passos, Conselheira Titular, Dra. Maria Auxiliadora Santana B.  
9 Teixeira, Conselheira Titular. Presente, ainda, Dr. Igor Raphael de Novaes Santos,  
10 Presidente da ADEP/BA. **Item 01 - Proposta Orçamentária para o ano de 2023.** O  
11 Presidente do CS consignou que se encontra presente a equipe da Diretoria de  
12 planejamento e Orçamento da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Dra. Mônica  
13 Lujan, Dr. Francisco Chagas, Dra. Roza Barbosa, e Dr. Raulino Leite da Silva Filho, os  
14 quais irão apresentar ao Colegiado a proposta orçamentária para a DPE/BA para o ano  
15 de 2023. Ato contínuo, realizada a apresentação da proposta Orçamentária para 2023  
16 pela equipe da Diretoria de planejamento e Orçamento da DPE/BA, bem assim,  
17 prestados esclarecimentos acerca da distribuição dos recursos previstos na LDO para  
18 a DPE/BA, na forma do arquivo audiovisual, disponível no canal da DPE/BA por meio  
19 do endereço eletrônico: “<https://www.youtube.com/watch?v=qG523-5qmQg>”, **o**  
20 **Presidente da ADEP/BA, Dr. Igor Novais prestou algumas considerações.** Aduziu  
21 que a ADEP/BA possui um posicionamento, apesar de não ter sido aprovado a LDO, é  
22 preciso utilizar o critério mais benéfico à Classe. A LDO traz uma projeção de inflação  
23 de 4,1%, e a inflação real até o final do ano estará em torno de 11%. O Boletim FOCUS  
24 projeta 5,38%, o que representaria o incremento de três milhões e meio. Aduziu que é  
25 importante ter um montante destinado a criação e reforma de novas unidades no  
26 interior. Consignou que se assusta com o valor necessário a título de suplementação, e  
27 no material encaminhado à Classe requereu que fosse realizado um paralelo em  
28 relação ao MP. Aduziu que parabeniza a Administração por já trazer uma proposta de  
29 aumento do auxílio alimentação, e a Classe espera que seja mantido o mesmo  
30 percentual adotado para este ano, e que se equipare ao valor de 15%. Consignou que  
31 a associação está muito preocupada em relação a declaração do Poder Executivo no  
32 sentido da não suplementação para todas as Instituições e órgãos estaduais. Aduziu  
33 que essa fala coincidiu com o momento de aprovação da PEC dos combustíveis.  
34 Ressaltou que requereu junto a Assessoria que realizasse um estudo de modo a  
35 identificar se a narrativa de uma perda de arrecadação será efetiva, a fim de conferir  
36 elementos técnicos para tratar com os atores políticos para assegurar a  
37 suplementação. Reforçou que é preciso ter avanços em prol da valorização da carreira,  
38 fato que tem tratado mensalmente em reuniões com a Presidência do CS,  
39 Subdefensoria Pública Geral e equipe do Gabinete, e novamente a Associação se  
40 coloca à disposição nesse sentido. Aduziu que espera que os esforços sigam  
41 efetivamente para que a Instituição consiga alcançar, em especial, a alteração do  
42 subsídio, por meio da aprovação de Lei de iniciativa da DPE/BA. Reiterou que a  
43 ADEP/BA espera que se possa alcançar, de início, a suplementação perante ao chefe  
44 do Poder Executivo, não somente no valor de R\$ 42.000.000,00, mas que se alcance  
45 mais a fim de viabilizar mais avanços. **O Presidente do CS esclareceu que, em**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

46 relação a LDO, a questão da aprovação não é algo excepcional. Há vários anos a LDO  
47 tem sido aprovada no mesmo dia da proposta orçamentária. Além da questão técnica  
48 suscitada, a regra adotada é igual do ano passado, e o percentual aplicado de correção  
49 é menor. A possibilidade da LDO ser aprovada da forma que está é altíssima e, de  
50 qualquer modo, não haverá outro momento para a Defensoria apresentar a forma que  
51 será distribuído o orçamento. Escolher caminho diverso, seria uma atitude estéril. Por  
52 tal razão é que todas as Instituições encaminham a sua proposta de acordo com o  
53 previsto na LDO. Salientou que em relação a inflação, esse foi um dos pontos  
54 principais da nota técnica apresentada. Normalmente se escolhe um índice de base de  
55 correção que não corresponde com a inflação real. A cada ano isso varia, tomando-se  
56 como referência meses diversos, e fica evidente que há uma certa escolha política  
57 acerca do índice que será utilizado, e infelizmente é a regra do jogo, não só imposta à  
58 Defensoria. Aduziu que o discurso do chefe do Poder Executivo em relação a não  
59 suplementação preocupa todos. Outro fato que foi contemporâneo a essa fala, foi o ato  
60 de entrega em conjunto de várias Instituições acerca da inviabilidade do formato até  
61 então adotado que, ao logo do tempo, se mostrará insustentável. Em relação ao valor  
62 da suplementação prevista, em termos proporcionais, não possui tanta diferença de um  
63 ano para o outro. De qualquer forma, assim como o orçamento da DPE/BA cresce, a  
64 inflação avança e, com a continuidade da adoção desse formato, a tendência é que o  
65 déficit de todas as Instituições aumente ao longo do tempo. Por tais razões a DPE/BA  
66 tentou demonstrar por meio de nota técnica que é uma questão de tempo a alteração  
67 desse formato, e o quadro técnico do Governo já entendeu essa necessidade. **Ato**  
68 **contínuo, a Cons. Ana Valéria consignou** que o orçamento, por mais que se tente,  
69 não condiz com a estrutura da Defensoria Pública. Ressaltou que há vários pontos  
70 complicados, a exemplo da necessidade de expansão da Instituição, o que acarreta  
71 custos com estruturação, estagiários e servidores. Aduziu que, embora a  
72 suplementação seja algo corriqueiro e uma realidade de várias Instituições, todavia,  
73 analisando o orçamento dos últimos 05 (cinco) anos, se preocupa bastante com a  
74 necessidade de sucessivas suplementações e com o fato que isso não se reflete em  
75 aumento de subsídio, inclusive de forma geral, em ganho de remuneração, por meio de  
76 verbas indenizatórias. Ressaltou que é preciso avançar em outras áreas, e a expansão  
77 é crucial para o fortalecimento da Instituição, e jamais se posicionaria de forma  
78 contrária. Todavia, é preciso equilibrar os pratos da balança, e o caminho do  
79 fortalecimento possui dois lados. A previsão para o próximo ano é de uma  
80 suplementação de 58 milhões e há previsão da nomeação de mais 30 novos membros.  
81 Questionou se, dos 30 membros seriam novos cargos, ou se já estariam computados  
82 os casos do falecimento de colegas queridos e de aposentadoria. Aduziu que,  
83 conforme a proposta apresentada, há um incremento muito maior nos valores  
84 destinados a obras do que o incremento relativo ao auxílio-alimentação, por exemplo.  
85 Reforçou que compreende que não depende apenas da Administração e que é preciso  
86 um esforço político, mas é preciso pensar na valorização da carreira com o  
87 incremento da remuneração. Inclusive, há vários colegas aprovados em outras  
88 Instituições, e muitos optaram não permanecer por uma questão remuneratória.  
89 Destacou que todos os Conselheiros entendem a complexidade da questão, mas, é  
90 muito nítido que há um desequilíbrio no trato e na destinação dos valores. **O Presidente**

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

91 **do CS esclareceu** que em relação as suplementações, é um formato de cálculo que  
92 sempre se fará necessário para as Instituições crescerem. Reforçou que em todos os  
93 concursos da Defensoria Pública é propagado o mesmo equívoco, partindo da  
94 premissa que de que a promoção de nomeações não haverá aumento de  
95 remuneração, como se fossem atos dependentes. Aduziu que, quando se realiza uma  
96 projeção do orçamento, o documento revela o quanto é previsto para gasto com  
97 pessoal e qual o déficit, todavia, nada impede que o valor previsto para pessoal,  
98 calculado na base de 30 (trinta) nomeações, seja remanejado para suprir eventual  
99 reajuste de subsídio. Destacou que eventual reajuste de subsídio, conforme ocorrido  
100 em toda a história da Defensoria, e para todas as Instituições do Estado da Bahia, já  
101 gera uma suplementação independente do que estiver previsto no orçamento.  
102 Esclareceu que a causa da dificuldade é que o aumento de subsídio depende de  
103 aprovação da ALBA e de sanção do Governador. Assim como o que ocorreu com o  
104 reajuste linear, o qual não estava previsto no Orçamento. Em relação a remuneração,  
105 em sentido amplo, houve um salto estupendo no valor do auxílio-alimentação, foi  
106 reduzida a diferença entre as Classes, o que gerou reajuste de subsídio, e que também  
107 não estava previsto em proposta orçamentária, o valores das diárias foram  
108 aumentados, foi criada e implementada a substituição cumulativa, e atualmente há  
109 mais substituições do que antes, tendo Defensor atuando em 10 (dez) substituições por  
110 ano, ou até mais. Portanto, tudo aquilo que não depende de Lei e sanção do Poder  
111 Executivo está sendo feito. Em relação a nomeações em agosto, estavam previstas no  
112 orçamento e, de fato, foram feitas antes. Todavia, o cálculo realizado sobre uso do  
113 déficit é o que se faz para movimentar de um mandato para o outro. As nomeações  
114 foram planejadas para permitir o aumento do auxílio-alimentação e incrementar a  
115 estrutura. Ao longo do ano é remanejado o orçamento para lidar com o déficit. Tem  
116 sido feito um trabalho muito grande para melhorar a estrutura no interior, inclusive, para  
117 que o trabalho saia dos fóruns. Além disso, compreende toda a fala relacionada ao  
118 subsídio, todavia, é o único ponto que depende de interferência externa para ocorrer. E  
119 nada impede que, caso ocorra aumento de subsídio, será remanejado recursos para  
120 permitir a viabilidade, remanejando recursos, inclusive, de obras. **A Cons.**  
121 **Subdefensora Pública Geral** acrescentou que há a ideia de implantação dos Núcleos  
122 Ecológicos, razões pelas quais não há a previsão para aquisição de sede novas, que  
123 seria um valor aproximado de 4 milhões por ano, os quais serão destinados para  
124 aquisição de Eco Núcleos. E no projeto se trabalha com a instalação dos Núcleos  
125 Ecológicos em terrenos cedidos pela Prefeitura ou pelo Estado. Aduziu que a estrutura  
126 é economicamente sustentável e reduz custeio. Portanto, não há previsão de valor  
127 robusto para aquisição de sede para o ano de 2023. **A Cons. Ana Valéria esclareceu**  
128 que em sua fala não mencionou que mais nomeações atrapalharia a questão da  
129 remuneração diretamente, todavia, objetivamente falando, quanto mais há impacto em  
130 custo com pessoal, é maior a necessidade de suplementação, e gera preocupação o  
131 volume de suplementação previsto. **O Cons. Bruno Moura consignou** que no  
132 momento da votação, irá fazer suas manifestações em relação à proposta. Aduziu que  
133 parabeniza a Diretoria Orçamentária e toda a equipe pelo trabalho, inclusive, pela  
134 construção diária do orçamento da DPE/BA. Aduziu que foi uma apresentação bastante  
135 técnica. Consignou que sentiu falta da informação referente ao valor efetivamente

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

136 executado nos anos anteriores. Ademais disso, ressaltou que a LDO ainda não foi  
137 aprovada na ALBA e questiona se, de fato os critérios forem modificados, existiria a  
138 possibilidade encaminhar uma outra cota orçamentária. Questionou, ainda, se o valor  
139 previsto para suplementação seria para custo com pessoal. Solicitou, ainda, que fosse  
140 apresentado um panorama de como está a arrecadação do FAJ. A Diretora de  
141 Orçamento, o servidor Francisco Chagas, e o Presidente do CS prestaram os  
142 esclarecimentos suscitados, na forma do arquivo audiovisual, disponível no canal da  
143 DPE/BA por meio do endereço eletrônico: “<https://www.youtube.com/watch?v=qG523-5qmQg>”. **A Cons. Subdefensora Pública Geral consignou** que agradece mais uma  
145 vez o trabalho de toda a Diretoria de Orçamento da DPE/BA. Aduziu que, conforme  
146 verificado na reunião realizada na sede da DPE/BA este ano, o que foi um marco e  
147 contou com a presença dos representantes dos Poderes, é triste constatar que há um  
148 direcionamento político que obriga às Instituições pedirem melhorias, como se fosse  
149 encarada como uma esmola, ao passo que nada mais é do que uma solicitação para  
150 tornar possível a continuidade do trabalho. Apesar disso, a DPE/BA tem tido uma  
151 capacidade de gestão, dentro desse contexto de dificuldade e orçamento, e tem  
152 conseguido expandir com sede própria, o que revela uma criatividade enorme, pois é  
153 necessário negociar com os Poderes municipais e Estadual a cessão de terrenos e  
154 imóveis. Acrescentou que já está previsto a instalação de equipamentos para energia  
155 solar para as sede próprias da DPE/BA, exatamente para reduzir o gasto de custeio.  
156 Inclusive, nas novas sedes ecológicas, haverá aproveitamento de água fluvial, o que  
157 representará mais redução e redirecionamento para melhorias em todos os sentidos.  
158 Aduziu que não é algo fácil todos os anos para todas as gestões, entre novembro e  
159 dezembro, sem saber se será possível suplementar e como serão feitos os ajustes. De  
160 fato, é assustador o valor de déficit e do que é previsto para o próximo ano, todavia, a  
161 luta será feita. A DPE/BA vem executando o orçamento de forma muito responsável,  
162 tanto que as contas foram aprovadas pelo TCE/BA sem qualquer restrição, o que gera  
163 muita respeitabilidade, e serve para justificar a suplementação, pois demonstra que a  
164 Defensoria irá utilizar os recursos de forma muito responsável. Salientou que salário e  
165 remuneração é importante para todos. Fortalecer a carreira é mostrar que o Estado  
166 investe em prol das pessoas mais vulnerabilizadas, e impacta na atratividade em  
167 relação a outras carreiras. Aduziu que aposta na capacidade da Defensoria em  
168 negociar todas as questões e conseguir vencer os obstáculos e continuar crescendo no  
169 aspecto orçamentário. **A Cons. Corregedora Geral** consignou que não possui nenhum  
170 reparo à proposta orçamentária. Consignou que parabeniza a Diretoria Orçamentária e  
171 toda a equipe pelo trabalho realizado e pela apresentação na presente sessão. Aduziu  
172 que desde que ingressou na Instituição, hoje presencia uma equipe técnica que possui  
173 um grau elevado de respeitabilidade nunca antes visto. Ressaltou que, quando se  
174 interioriza a Defensoria Pública e se nomeia mais Defensores, a Instituição está sendo  
175 fortalecida no campo da negociação. Destacou, ainda, que o fato da gestão conseguir  
176 trazer para a sede da DPE/BA a reunião entre todos os Poderes do Estado, para  
177 representa muito e é um marco. **O Cons. Lucas Melo consignou que** parabeniza a  
178 Diretoria Orçamentária e toda a equipe pelo trabalho realizado e pela apresentação na  
179 presente sessão. Aduziu que algumas considerações já foram tratadas pelos colegas,  
180 mas, ainda possui alguns questionamentos, por exemplo, quanto a previsão de

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

181 promoção dos colegas da Classe Final e Intermediária, os valores da previsão de  
182 déficit orçamentário do ano passado, e esclarecimentos acerca do aumento previsto no  
183 déficit para o próximo ano. A Diretora de Orçamento, o servidor Francisco Chagas, e o  
184 Presidente do CS prestaram os esclarecimentos suscitados, na forma do arquivo  
185 audiovisual, disponível no canal da DPE/BA por meio do endereço eletrônico:  
186 “<https://www.youtube.com/watch?v=qG523-5qmQg>”. **O Cons. Lucas Melo consignou**  
187 **que**, diante dos esclarecimentos prestados, verifica-se uma previsão de déficit e  
188 necessidade de suplementação bem mais alta do que a operada em 2021. Ressaltou  
189 que a previsão do déficit subiu para R\$ 58 milhões, o que preocupa bastante. Aduziu  
190 que no ano passado, também suscitou preocupação no aumento do déficit e, na  
191 presente oportunidade, a situação agravou em muito se comparado nos últimos dois  
192 anos. Reiterou a sua preocupação com o incremento do déficit, e a ausência de  
193 previsão mais objetiva e concreta de reajuste com pessoal. Aduziu, ainda, que o  
194 aumento das unidades por substituição cumulativa não impacta em aumento de  
195 remuneração, pois, significa uma contraprestação pelo trabalho extra prestado, e na  
196 verdade representa mais trabalho para o colega e não se trata de aumento de subsídio.  
197 O fato de um colega realizar mais de 10 (dez) substituições cumulativas em 01 ano, em  
198 seu entendimento, não deve ser algo celebrado, mas, sim, deve ser objeto de reflexão  
199 e verificar se o serviço está sendo realizado de forma adequada, sem contar o aspecto  
200 da saúde. Quando um colega se habilita para isso, significa, também, a pauta  
201 remuneratória, o que deve ser debatido de forma prioritária na Instituição. Aduziu que  
202 em seu entendimento, o aumento previsto para o auxílio-alimentação é irrisório quando  
203 comparado com a inflação real do ano corrente. Aduziu que é legítimo a Classe se  
204 preocupar com o aumento do déficit, considerando o que ocorreu em 2019 com a não  
205 suplementação, o que gerou desgaste em toda a Classe. Consignou que outras  
206 Defensorias conseguiram avançar sob o aspecto remuneratório, e questiona a  
207 Presidência da ADEP/BA se a associação possui esses dados comparativos. E caso  
208 não exista, requer que a ADEP/BA busque com a própria ANADEP, a fim de ter uma  
209 noção do cenário nacional. Aduziu que não ficou muito claro o posicionamento da  
210 ADEP/BA referente ao valor da cota a ser enviada, e se já seria com o reajuste da  
211 inflação prevista e não dos 4%. **O Presidente da ADPE/BA esclareceu** que  
212 mencionou o argumento por conta da necessidade de observar à Lei. A Lei é clara ao  
213 dizer que o critério é com base a abril de 2022. Como a proposta está sendo  
214 encaminhada em agosto de 2022, ainda que não vigente, e a previsão da inflação e  
215 agosto é de 5,38%, a sugestão é que seja utilizado como argumento para negociar por  
216 melhoria. O panorama em relação a remuneração das Defensorias Estaduais já foi  
217 divulgada em AGE e encaminhada para todos. **O Presidente do CS reiterou** que  
218 eventual reajuste de subsídio jamais constará em proposta orçamentária, pois, o ideal é  
219 buscar o subteto. Esclareceu que em nenhum momento afirmou que a realização de  
220 substituições cumulativas representa aumento de subsídio. Em verdade, após a Cons.  
221 Ana Valéria mencionar verbas remuneratórias em sentido amplo, lembrou a criação e  
222 implantação das unidades defensoriais de provimento por substituição cumulativa, e  
223 demais verbas indenizatórias, a exemplo do auxílio-alimentação e o aumento do  
224 pagamento de diárias. Os Defensores, na prática, consideram a substituição cumulativa  
225 muito positiva, e consideram uma parcela essencial da remuneração. Inclusive, o

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

226 MP/BA está travando lutas para ter um modelo de substituição cumulativa igual ao  
227 existente na DPE/BA. Em relação a melhoria remuneratória em outras Defensorias, é  
228 preciso esclarecer que o contexto político vivenciado é diferente e não é possível  
229 comparar. **A Cons. Manuela Passos consignou que** parabeniza a Diretoria  
230 Orçamentária e toda a equipe pelo trabalho realizado e pela apresentação na presente  
231 sessão. Aduziu que gostaria de esclarecimentos acerca a pauta de remuneração.  
232 Consignou que não percebe na Classe que a pauta remuneratória é antagônica com o  
233 desejo de expansão e a entrada de novos membros, especialmente considerando a  
234 alta demanda e a sobrecarga exaustiva. Aduziu que sempre que possível, irá realizar  
235 substituições por questões de necessidades familiares e pessoais, todavia, é exaustivo  
236 e muitos colegas renunciam, e muita das vezes, em seu caso, necessita dedicar finais  
237 de semana para dar conta das substituições. Aduziu que é uma questão muito  
238 sensível, e tem conhecimento que a gestão está gerindo com recursos escassos, e a  
239 pauta remuneratória é uma questão mais política, pois, é orçamentária.  
240 Institucionalmente, ainda não se tem o status de barganha política se comparado com  
241 outras carreiras. Consignou que é preciso reconhecer o trabalho árduo da  
242 Administração em gerir recursos limitados em um cenário de necessidades ilimitadas.  
243 Em seu entendimento, o que os colegas buscam é talvez um pouco mais de  
244 transparência, e talvez um diálogo maior, inclusive, com a ADEP/BA. Aduziu que tem  
245 conhecimento que é difícil, pois, pode prejudicar as negociações, mas, o fato da  
246 nomeação de novos membros leva a ideia que há orçamento e, em verdade, está em  
247 déficit. **O Presidente do CS consignou** que não há nenhum mistério sobre o  
248 procedimento adotado para buscar aumento de subsídio. Aduziu que em todas as  
249 sessões que tratam sobre orçamento, o tema mais falado é aumento de remuneração.  
250 Aduziu que nenhuma Instituição antecipa o teor da negociação entre os Poderes, pois,  
251 isso atrapalha a negociação, inclusive, sob o aspecto do que pode ser passado para a  
252 sociedade em relação aos valores remuneratórios. Aduziu que todos os pedidos de  
253 reunião com a ADEP/BA para tratar sobre o tema foram agendados e atendidos.  
254 Consignou que faz parte de uma gestão que passou a transmitir as sessões do CS  
255 para todos, ao passo que no passado, a ADEP/BA solicitou que as sessões fossem  
256 transmitidas, e se ofereceu para dar suporte e estrutura técnica, e foi negado. Saliu  
257 que foi a presente gestão que criou o portal da transparência e que se comunica com a  
258 Classe toda a semana. Aduziu que agradece a oportunidade da fala, pois, a DPE/BA é  
259 uma das Defensorias do país, se não for a mais, transparente. **A Cons. Maria**  
260 **Auxiliadora consignou que** diante o aumento do déficit está estarecida. Ao passo  
261 que o orçamento aumenta em progressão aritmética, a suplementação está  
262 aumentando em progressão geométrica e é altamente preocupante. Aduziu que não  
263 localiza na proposta verbas em relação a URV, a indenização de férias não gozadas,  
264 auxílios saúde e de transporte, e a possibilidade de indenização dos quinquênios.  
265 Questiona, ainda, se há recursos previstos para a continuidade de interiorização dos  
266 órgãos. Aduziu que, se comparado ao MP/BA, embora toda a crise enfrentada, está  
267 avançando, com recebimento de auxílio-saúde por meio de Resolução, ao passo que  
268 só vislumbra de efetivo o reajuste no auxílio alimentação. Ademais disso, quem está  
269 aposentado não tem acesso ao auxílio alimentação e as substituições cumulativas.  
270 Consignou que somente realizadas substituições cumulativas por necessidade,

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

271 considerando os sucessivos aumentos em plano de saúde, luz e etc, ao passo que o  
272 salário estagnou. O reajuste linear, na prática, não representou reajuste real, se  
273 comparado com outras carreiras. Ressaltou que em sua atividade finalística defende e  
274 luta pela valorização na carreira, e crê que os anseios da Classe não se pautam,  
275 apenas, em reajuste. Percebe-se que a grande massa da Defensoria está realmente  
276 irresignada. Enquanto o projeto remuneratório da DPU está sendo aprovado, com a  
277 menor remuneração na faixa de R\$ 30 mil, há vários Defensores aprovados na Bahia  
278 pedindo final de lista, e tal fato lhe causa bastante tristeza. Considerando o déficit, caso  
279 fosse uma empresa privada, seria um caso de super endividamento. Aduziu que está  
280 estarrecida com o volume necessário para suplementação, e clama que a LDO não  
281 seja aprovada dessa forma, e que os critérios sejam alterados. **O Presidente do CS**  
282 **consignou** que a maioria dos questionamentos já foram respondidos e, em relação a  
283 URV, ainda não há liquidação. Para incluir no orçamento, o processo deve estar  
284 liquidado e, após isso, deve ser comunicado ao Poder Executivo que há uma decisão  
285 judicial, em valor já liquidado, e que deve ser disponibilizado para pagamento. Ato  
286 contínuo, realizados breves esclarecimentos e digressões, inclusive, em relação a  
287 diferença de valores destinados à Corregedoria, Ouvidoria, e para ações de  
288 Publicidade, na forma do arquivo audiovisual, disponível no canal da DPE/BA por meio  
289 do endereço eletrônico: “<https://www.youtube.com/watch?v=qG523-5qmQg>”, **o**  
290 **Presidente do CS** deu início ao procedimento de votação em relação a proposta  
291 orçamentária apresentada. **A Cons. Ana Valéria consignou que**, nos termos já  
292 apresentados, vota no sentido da aprovação. **O Cons. Bruno Moura aduziu que** a  
293 análise no momento é estritamente técnica e o que a Lei permite fazer e, em seu  
294 entendimento, é que não há como o CS votar contra a aprovação de um projeto com  
295 base na LDO. Reforçou que a DPE/BA possui várias necessidades, e há uma  
296 dificuldade para qualquer gestão trabalhar com escassez de recursos historicamente  
297 disponibilizados para a Defensoria Pública. Nesse ponto, não discorda da estratégia  
298 que sempre foi utilizada, que é a suplementação orçamentária como forma de  
299 crescimento Institucional, inclusive, é uma estratégia utilizada por outras Instituições.  
300 Todavia, ao longo do tempo de sua atuação no CS, vem presenciando o aumento do  
301 volume de suplementação, o que deve ser encarado como um alerta para que não vire  
302 uma espécie de “bola de neve”, uma vez que a suplementação é sempre algo incerto e  
303 que depende de vontade política do poder executivo. Quanto maior for valor de  
304 suplementação, maior será o risco de não ser suplementado. Reiterou que, ao que  
305 parece é uma estratégia viável, mas, ao mesmo tempo, o aumento do valor da  
306 suplementação deve ser encarado como um alerta, no sentido de repensar quais  
307 estratégias, até mesmo políticas e externas, para lidar com tal questão. Reforçou a  
308 necessidade da Defensoria Pública ter um tratamento diferenciado, e a própria  
309 Administração afirmou que isso está presente nas tratativas. Por outro lado, incomoda  
310 que essas discussões sejam as mesmas desde quando participou em seu primeiro ano  
311 de mandato no CS. Aduziu que a luta por melhorias orçamentárias não se reduz a  
312 espaços internos, mas é preciso construir uma unidade política externa para construir,  
313 e nesse ponto a associação precisa construir um documento didático a ser apresentado  
314 para a sociedade civil demonstrando o quanto isso impacta nos menos favorecidos.  
315 Nesse processo é preciso envolver a sociedade civil e os assistidos que frequentam

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

316 diariamente a Defensoria Pública, de modo a sair após o seu atendimento como um  
317 agente político do processo de valorização Institucional. Consignou que vislumbra no  
318 debate público pouca ênfase na questão orçamentária. Reforçou que a sociedade civil  
319 precisa se sentir pertencente da Instituição, no sentido de que o incremento  
320 orçamentário será revertido em serviços prestados para ela. Consignou que respeita o  
321 posicionamento do Defensor Público Geral, no sentido de que a DPE/BA construiu uma  
322 visibilidade maior nos últimos anos, todavia, verifica a utilização da imagem política da  
323 Instituição por figuras políticas que não se reverte em favor da DPE/BA. Muitos  
324 políticos se aproveitam da DPE/BA em alguma medida, uma vez que pautas que a  
325 Instituição defende hoje, são uma forma de propaganda política para que se reverta em  
326 propaganda eleitoral, e tais agentes não possuem poder para impactar no que a  
327 Defensoria vem sofrendo ao longo dos anos. É preciso cobrar, também, desses  
328 políticos que participam de uma série de eventos da Instituição, o que de fato eles  
329 conseguiram ou que luta e mobilização foi feita nesse processo político de valorização  
330 da Instituição. Consignou que aparecer, tirar foto, ganhar medalha, é uma coisa, mas é  
331 preciso saber o que de fato está se revertendo em prol da Instituição. Reforçou que  
332 essa luta não deve ser realizada, apenas, nos bastidores, mas, sim, mobilizando a  
333 sociedade. Acrescentou que muitos deputados sequer entendem o papel da Defensoria  
334 Pública ou até se importam, e possuem ainda uma visão distorcida, sem conhecer a  
335 capacidade de uma atuação da Defensoria mudar a realidade de uma localidade e  
336 Comarca, a exemplo da atuação do “Pop Rua”. Aduziu que hoje vislumbra a questão  
337 do subsídio como uma recomposição do que foi perdido ao longo dos anos,  
338 considerando a crise econômica e a questão inflacionária. A luta pela valorização do  
339 trabalho deve ser encarada como pauta prioritária. Talvez seja importante construir  
340 uma nova forma de construir política, uma vez que a forma tradicional, em alguma  
341 medida, já demonstrou que não foi eficiente pelo menos para a Defensoria Pública.  
342 Nesse processo é preciso construir com a maior franqueza perante a sociedade o que  
343 significa o fortalecimento Institucional e a própria necessidade de valorizar o  
344 profissional. No ponto, ao passo que se obteve um ganho excepcional nas políticas  
345 afirmativas promovidas nos últimos concursos públicos, trazendo representatividade  
346 para dentro da Instituição, e essa representatividade não merecendo remuneração  
347 igual aos Juízes e Promotores de Justiça, de alguma forma estar-se-ia distorcendo o  
348 papel da Defensoria enquanto agente de equilíbrio no sistema de Justiça. Aduziu,  
349 ainda, que há outras demandas tão prioritárias quanto, a exemplo da carreira meio,  
350 uma vez que se revela urgente quando se pensa na otimização do trabalho do  
351 Defensor e na lógica cada vez mais neoliberal que o Poder Judiciário, o qual tem  
352 imposto à Instituição, o que revela a necessidade de uma carreira meio extremamente  
353 qualificada para que se consiga atender, cada vez mais, assistidos e de forma mais  
354 célere. Aduziu que, de tudo posto, as demandas são imensas da Defensoria Pública, e  
355 o orçamento se revela deficitário e é preciso realizar reflexões para além da sessão e  
356 qual seria o papel do CS se assim permanecerá, ano a ano, rodando em círculos no  
357 mesmo lugar, ou se será criada novas estratégias políticas, que devem ser construídas  
358 coletivamente, por meio de mobilização popular, para lidar com essas questões.  
359 Consignou que vota pela aprovação da proposta orçamentária e espera que no  
360 próximo ano a Defensoria Pública se encontre em uma realidade melhor. Consignou

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

361 que não vislumbra antagonismo entre a nomeação de Defensores e a valorização do  
362 subsídio, uma vez que o impacto não se revela muito grande para o Estado quando  
363 comparado com outras carreiras. Salientou, ainda, a possibilidade de construção de  
364 fundos próprios, sem depender necessariamente de repasses do Poder Executivo, a  
365 exemplo da DPE/RJ, em que todo o gasto com pessoal era custeado por um fundo  
366 advindo de custas cartorárias judiciais. **O Presidente da ADEP/BA esclareceu** que a  
367 Lei do FAJ da DPE/RJ permite que a verba advinda de custas e de verbas de  
368 sucumbência sejam revertidas para o custeio de pessoal. Consignou que a Lei do FAJ  
369 da DPE/BA não permite tal destinação. **O Cons. Bruno Moura ressaltou que** não é  
370 tarefa fácil, mas, é preciso repensar as estratégias e, embora possa parecer um  
371 discurso utópico, há fundamentos para travar essa luta política para buscar  
372 alternativas. Aduziu que parabeniza, mais uma vez, toda a equipe e o trabalho  
373 realizado pela Diretoria Orçamentária. Consignou que o problema da questão  
374 orçamentária não é resolvido por uma decisão de gestão, é um ato de decisão política  
375 externa e, por tal razão, é responsabilidade de todos participar desse processo. **O**  
376 **Presidente do CS consignou que** as coisas são muito mais complicadas do que  
377 parecem ser, especialmente quando se fala em criação de fundos. Na ocasião da  
378 atuação da Defensoria no caso “Atakarejo”, onde dois jovens negros foram executados  
379 por justiceiros, um dos pedidos da ação era o pagamento de indenização por dano  
380 moral coletivo, a ser destinado a fundo gerido pelo Estado, sem qualquer participação  
381 da Defensoria, com a finalidade específica para formulação de políticas públicas pelo  
382 Poder Executivo. Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Igualdade Racial a  
383 fim de apresentar propostas para viabilizar esse fundo. Na proposta constava que não  
384 viria nenhum recurso para a Defensoria, mas que seria administrado pelo Poder  
385 Executivo com a finalidade específica de recebimento de indenizações e promoção de  
386 políticas públicas pelo Poder Executivo. Ainda assim o fundo nunca foi criado, pois há  
387 uma posição do atual Governo do Estado que não se deve criar fundos. Ademais disso,  
388 acerca de 02 anos, dirigiu-se ao Congresso Nacional para conversar com o Senador  
389 Otto Alencar, pois, havia uma PEC que simplesmente acabaria com os fundos de  
390 Instituições, o que representaria para a DPE/RJ, DPE/SP e a DPE/CE, a extinção.  
391 Aduziu que o relator da CCJ era o Senador Otto Alencar e, após conversas, conseguiu  
392 que fosse excepcionado os fundos da Defensoria e, curiosamente, o MP e a  
393 Magistratura fizeram o caminho inverso, pedindo equiparação à Defensoria. Portanto,  
394 que pode parecer uma solução ideal hoje, pode representar o maior problema a  
395 depender da conjuntura. **A Cons. Subdefensora Pública Geral consignou** que a  
396 DPE/CE quase que teve que fechar as suas portas, pois, o fundo que recebe as custas  
397 tem uma receita oriunda dos emolumentos, e exatamente por conta do período  
398 enfrentado pela pandemia, e também fruto de lutas internas e externas, com  
399 questionamento da OAB e um verdadeiro boicote dos cartórios nessa arrecadação, foi  
400 necessário dispensar quase que todos os estagiários. Salientou que essas receitas são  
401 alternativas importantes, mas, o que se tem verificado é que são receitas  
402 complementares. No caso da DPE/BA serviria até de estímulo, se fosse possível, pois  
403 seria fonte do trabalho e se destinaria, além do estímulo da formação, a valorização do  
404 trabalho do Defensor. Aduziu que a DPE/BA foi uma das pioneiras no país em  
405 incentivar e efetivar a participação popular em retomar o Orçamento Participativo, pois

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

406 essa escuta indica onde a Instituição irá ampliar. A sinalização no Orçamento  
407 Participativo que a Instituição não é conhecida, é o que faz indicar mais publicidade,  
408 uma vez que é com a massificação nos meios de comunicação que a Instituição se  
409 torna mais conhecida. Aduziu que cabe, também, uma autocrítica do Colegiado, pois,  
410 em todas as audiências públicas de Orçamento Participativo poucos Conselheiros se  
411 fazem presentes para ouvir os anseios da sociedade civil e realizar as conexões  
412 necessárias. Salientou que esse instrumento foi popularizado ao longo do tempo e a  
413 participação foi ampliada, e não apenas presencial, mas por meio digital através de  
414 aplicativo. Destacou que os resultados extraídos do Orçamento Participativo são  
415 utilizados como argumento para viabilizar a suplementação. Consignou que vota pela  
416 aprovação da proposta orçamentária e agradece, mais uma vez, o trabalho realizado  
417 pela equipe da Diretoria Orçamentária e do Defensor Público Geral, pois testemunhou  
418 o esforço empenhado em trazer a reunião na Defensoria Pública, o que representa um  
419 marco para a DPE/BA receber representantes de todas as Instituições autônomas e do  
420 Poder Executivo. Aduziu que isso é sinal de respeito e de que a Instituição está  
421 crescendo e no conjunto de todas é importante para a luta. **O Presidente do CS**  
422 **ressaltou que** a reunião referenciada pela Cons. Subdefensora Pública Geral ocorreu  
423 na sala de sessões do CS e não foi divulgada, uma vez que todas as Instituições  
424 concordaram que, divulgar uma reunião para tratar de Orçamento, poderia prejudicar  
425 as negociações. É assim que se faz negociação e, infelizmente, divulgar antes da hora  
426 representa prejuízo. **A Cons. Corregedora Geral consignou** que vota pela aprovação  
427 da proposta orçamentária, nos termos e fundamentos apresentados. **O Cons. Lucas**  
428 **Melo consignou que**, realizadas as considerações que entendeu pertinentes e,  
429 considerando as limitações legais quanto ao papel do Conselho, nos termos do voto do  
430 Cons. Bruno Moura, e as consequências práticas de uma eventual não aprovação que  
431 reverberaria na execução do orçamento para o ano de 2023, vota pela aprovação da  
432 proposta orçamentária. **A Cons. Manuela Passos consignou** que vota pela aprovação  
433 da proposta orçamentária, nos termos e fundamentos apresentados. **A Cons. Maria**  
434 **Auxiliadora consignou** que diverge dos entendimentos anteriores, e vota no sentido  
435 da não aprovação da proposta orçamentária apresentada. Aduziu que está estarecida  
436 com o valor necessário referente a suplementação, e tem receio considerando o  
437 ocorrido em 2020, razões pelas quais não se sente segura e, por uma questão de  
438 consciência, vota no sentido da não aprovação. **O Presidente do CS consignou** que  
439 vota pela aprovação da proposta orçamentária, nos termos e fundamentos  
440 apresentados, e agradece, mais uma vez, o trabalho dos servidores da Diretoria de  
441 Orçamento. **Deliberação:** Por maioria, 07 (sete) votos, pela aprovação da proposta  
442 orçamentária da Defensoria Pública do Estado da Bahia para o ano de 2023, e  
443 encaminhamento para o Poder Executivo, nos termos retro consignados. Divergente a  
444 Cons. Maria Auxiliadora Santana B. Teixeira, nos termos esposados em ata. Nada mais  
445 havendo, o Presidente do CS agradeceu a presença de todos e eu, \_\_\_\_\_  
446 Diogo de Castro Costa, Secretário Executivo do CS, lavrei a presente ata, que depois  
447 de lida e achada conforme, será devidamente assinada por todos.//

448  
449  
450



**Defensoria Pública**  
BAHIA

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

451  
452

Rafson Saraiva Ximenes  
**Presidente do Conselho Superior**

Firmiane Venâncio do Carmo Souza  
**Conselheira Subdefensora Pública Geral**

Liliana Sena Cavalcante  
**Conselheira Corregedora-Geral**

Ana Valéria Brasil  
**Conselheira Titular**

Bruno Moura de Castro  
**Conselheiro Titular**

Lucas Silva Melo  
**Conselheira Titular**

Manuela Santana Passos  
**Conselheira Titular**

Maria Auxiliadora Santana B. Teixeira  
**Conselheira Titular**

Igor Raphael de Novaes Santos  
**Presidente da ADEP/BA**

453